

O lugar da autoria feminina piauiense e o construto na história da literatura: algumas considerações

Erika Ruth Melo da Silva ¹
Algemira de Macêdo Mendes ²

RESUMO

Este trabalho analisa a contribuição da autoria feminina para a história da literatura piauiense. No breve apanhado histórico das produções, se parte desde os pseudônimos nos jornais literários de Teresina do século XIX, às publicações em Almanques e periódicos parnaibanos do início do século XX, percorrendo um recorte que foi de 1870 a 1920. Relata o processo de instrução feminina em escolas domésticas, colégios religiosos, escolas normais e as consequentes atuações das mulheres em grêmios literários, como professoras, editoras e poetisas. O embasamento se dá por meio das fontes primárias e a teoria vislumbra as observações da sociologia de Pierre Bourdieu (2010), assim como, usa as contribuições da historiadora Joan Scott (1992) para reflexionar sobre os critérios da ciência em notar o local das mulheres na história.

Palavras-Chave: História. Literatura. Mulheres. Periódicos. Mentalidades.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos anos que contemplam o recorte de 1870 a 1930, ao qual se atêm este trabalho, se observou a ocupação pelas mulheres de um espaço cuja predominância era masculina: o mundo das letras. Primeiramente, fazendo-se notar de maneira esporádica nas páginas periódicas, *a posteriori* atuando em revistas femininas e na publicação de romances. A recepção sincrônica e diacrônica das produções de autoria feminina demonstra as camadas de discursos e de silêncios lançados, em detrimento da valorização de suas escritas, sendo aqui revisitadas para entendimento cronológico desse processo.

O Piauí, estado do nordeste do Brasil, em que ao raiar da república ainda assustava-se com mulheres que estudavam, foi também palco e público de uma gradual quebra de mentalidade acerca do papel da mulher restrito ao ambiente doméstico. Anne Higonnet (1991, p. 336), quanto a isso, afirmou que “[...] a concepção que as mulheres tinham de si mesmas nas artes maiores, assim como a atitude dos homens a seu respeito, evoluíram gradualmente [...]”. Esse percurso aqui explanado, por esse motivo, não serve como uma visão linear da historicidade, porém embasa-se na vagarosa compreensão das próprias mulheres no que se refere aos seus potenciais artísticos, bem como, aos seus direitos.

¹ Mestranda em Literatura, Memória e Cultura, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: erikaruthms@outlook.com.

² É Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: algemiramendes95@gmail.com.

Em um registro de 30 de maio de 1877, de um dos primeiros posicionamentos públicos sobre a instrução feminina no Piauí e sua consequente entrada para o ambiente público, noticiado pelo jornal *A Floresta*, pelo artigo de Enéas Barros do Nascimento, se relata também a fala de Eugenio Telles da Silveira Fontes, proferida no salão da Assembleia Provincial. Na ocasião, Eugenio Fontes tratou da autonomia da mulher, assunto que causou desconforto nos presentes e motivou a referida publicação. O texto diz que “[...] deixou, porém, o Dr. Fontes sobre o assunto aparecer ideias por demais inovadoras [...]” (NASCIMENTO, 1877, p. 4), pois o conferencista defendeu que a mulher deveria buscar instrução, uma ideia que não foi bem aceita por grande parte dos intelectuais então presentes.

Os argumentos no artigo apresentados são de que permitir as letras e o trabalho à mulher seria romper com a ordem natural das coisas e desrespeitar a estrutura da sociedade. O autor do texto e proprietário do jornal pede, em nome das mulheres, como querendo defendê-las de um grande mal, que “[...] não obriguem-nas a intervir no que as inibio o próprio ato da natureza [...]” (NASCIMENTO, 1877, p. 4) e, sobre estas ocuparem espaços historicamente masculinos, o texto ainda diz que “invadir elas as atribuições do homem é uma subversão da ordem social” (NASCIMENTO, 1877, p. 4). Justificava que a incapacidade da mulher exercer funções públicas era natural, por seu jeito “[...] delicado, gênio dócil e flexível, o seu caráter acessível às impressões, a sua força e faculdades limitadas [...]” (NASCIMENTO, 1877, p. 4) e, ao mesmo tempo, era uma questão de segurança pública, pois sendo “[...] fontes inesgotável de beleza e encantamentos; fora dele [espaço doméstico] é força motora de infortúnios, fonte perene de meles, ruínas [...]” (NASCIMENTO, 1877, p. 4, grifo nosso).

A mentalidade então exposta, no momento para o qual, nas palavras do texto, “[...] a emancipação da mulher é a maior desordem que se pode introduzir na sociedade [...]”³, permite extrair as duas teses típicas dos que se opuseram à emancipação feminina e à sua presença nos espaços públicos no final do século XIX e início do século XX, quais sejam: a naturalização do papel social da mulher e a preservação da ordem da sociedade. Essas duas importam aqui porque, a partir delas, se entende a mentalidade que envolvia as mulheres que ousavam escrever para jornais e atuar no universo das letras.

Por outro lado, no ambiente dos estudos literários, segundo Ana Beatriz Affonso Penna (2016), se instituiu um paradigma em 1970, sobre a atuação das mulheres: o modelo teórico da *écriture féminine*. Ele se embasava na crença de que haveria uma característica inerente à escrita da mulher. Embora tenha contribuído para o reconhecimento das autoras, a pesquisadora, todavia, apontou para a essência fisiológica deste paradigma, a mesma matriz da qual emanou a naturalização dos papéis sociais femininos, lembrando sua ineficácia para os atuais estudos de gênero, pois essa “[...] visão exclusivamente biológica da existência do gênero não é suficiente para descrever o processo de criação da mulher como categoria social [...]” (PENNA, 2016, p. 40). O resultado de tudo isso é uma interpretação ainda recorrente, que contribui para apontar a produção das autoras para a insignificância, usando o argumento da propensão natural da mulher ao sentimentalismo, algo pouco valorizado no local masculino, que era a atuação pública, conforme se viu no registro do jornal *A Floresta*.

Os dois pontos acima elencados, sobre a naturalização de categorias socialmente atribuídas à mulher, demonstram as duas problemáticas pelas quais abre-se a pesquisa deste trabalho: o desafio enfrentado pelas mulheres do Piauí ao se proporem à escrita pública, entendendo este processo por

3 Idem

fases, e a recepção de seus textos na história da literatura piauiense. Desse modo, sintetizadamente, se quer aqui compreender os mecanismos que motivaram ou viabilizaram as contribuições femininas, assim como lhes dá uma organização temporal. Não obstante, são percebidas exceções que ora lançam-se à frente ora não acompanham a trajetória do que é mostrado.

2 A INCÓGNITA DOS PSEUDÔNIMOS

O que se percebe *a priori* são os pseudônimos femininos e jornais homenageando a mulher, dedicando-a poesias e folhetins. Se veem as contribuições solitárias de Lília Rovelfon, para o jornal *A Floresta*, em poesias românticas. Seu primeiro poema foi “Lira e Amor” de 1 de maio de 1882. Com nome feminino, seu eu lírico é masculino e descreve encontros com uma mulher, dizendo: “Deu-me o perfume de suas negras tranças/ Do peito as crenças – divinais, sinceras/ E eu na chama dessa pira ardente/ Fui de repente lhe amar deveras [...]” (ROVELFON, 1882, p. 3). A abordagem do poema é erótica, insinuando detalhes: “Deu-me uma quadra de prazeres rara/ Beijos provara, alegria e dores!/ Sorvi sedento d’esse amor perfumes/ Tive ciúmes e morri de amores.” (ROVELFON, 1882, p. 3). A crítica que se faz é que, em um momento que se usam pseudônimos para tratar das mulheres e que se exige delas que os utilizem como forma de driblar a exposição pública, o pseudônimo feminino demonstra que alguns homens podem ter usado este artifício para serem pouco notados, pois dessa forma é que uma contribuição feminina era tratada. Neste caso, ainda mais significativo, visto ser uma publicação ao lado de renomados intelectuais do momento, tais como Areolino de Abreu e Anísio de Abreu.

Nessa mesma incógnita estão os pseudônimos dos poemas e folhetins de *A Borboleta*, de 1888, um periódico unicamente literário, composto homenagens ao “belo sexo”, escrito por homens e direcionado ao público feminino. As temáticas eram poesias comparando a mulher à rosa, destacando sua fragilidade e beleza, e narrativas em que encenam mães, viúvas e possíveis casamentos. Destaca-se *Black Knight* (cavaleiro negro), em uma crônica: “A mulher e a Flor”; o autor reconta a criação da mulher e sua fragilidade, quando o próprio Deus a destinou ser frágil como uma flor desde o princípio. O cavaleiro conclui: “[...] quer a mulher, seja francesa ou italiana, inglesa ou russa, rainha ou plebeia, jamais a flor lhe deixará como jamais esquecerá da flor [...]” (KNIGHT, 1888, p. 3). O que esses jornais demonstram é uma mistura de influência do romantismo, com a caracterização da mulher como criatura inatingível, somada à exaltação de sua fragilidade como algo natural e à falta de espaço para sua visibilidade nos periódicos do período.

Todavia, o que parece pairar no final dos anos oitenta do século XIX é um conflito entre os ideais progressistas e os conservadores. Se por um lado os monarquistas se aliaram à igreja católica para defender o casamento religioso e a manutenção do *status quo*, os republicanos, afeitos a ideias liberais, festejavam a chegada do regime em 1889, do casamento civil e das ideias cientificistas da filosofia europeia. Isso é perceptível nos periódicos do centro político do país, o Rio de Janeiro, cujos veículos porta-vozes das ideologias defendiam firmemente essa querela, são exemplos principais o jornal *O Apóstolo*, mantido pela Diocese da capital, e o *Jornal do Comércio*, composto por publicações liberais de escritores e políticos. O primeiro, passou os anos de 1889 a 1901 destinando as primeiras linhas das edições para discutir o quanto era uma afronta à ordem vigente terem separado o casamento

civil do religioso com a chegada da república e, por conseguinte, a possibilidade do divórcio, o que revela o desconforto da igreja com a separação de seu poder do âmbito estatal; o segundo reproduzia notícias do exterior, poesias, críticas filosóficas, assim como respondia às opiniões religiosas sobre as ideias liberais.

3 JORNAIS PIAUIENSES FEMININOS E PUBLICAÇÕES ESPARSAS

Nesse contexto dos primeiros anos da República velha, aparecem com mais destaque os jornais exclusivamente de autoria e público feminino, bem como contribuições de mulheres na imprensa, aliadas à defesa de sua emancipação social e intelectual por meio da instrução. A exemplo disso está o periódico *O Quinze de novembro do sexo feminino*. Valendo-se dessa data do dia em que chegou a república no Brasil, as escritoras desse jornal carioca acreditavam que a sociedade agiria de maneira coerente com a busca da liberdade quando esta fosse dada também às mulheres por meio dos estudos.

Algumas escritoras, com mais condições financeiras ou ousadia, romperam esse cronograma, publicando seus próprios romances, ao mesmo tempo que também contribuíam para essas publicações eminentemente femininas. Nesse ponto, no Piauí são vistos os casos de Luíza Amélia de Queiroz, poetisa que reconfigura atualmente as análises sobre literatura piauiense, posto que, enquanto os estimados escritores locais buscavam projeção ao menos regional ou valorização carioca, Luíza já publicava em Portugal, no *Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro*, conforme comprova-se na publicação destes textos reunidos no livro *Georgina e outros inéditos* (2018), assim como é autora dos livros de poesias *Flores incultas*, de 1875, e de *Georgina ou os efeitos do amor*, de 1898, o último composto de rimas intercaladas narrando uma história de amor, dividido em cinco cantos e mais de três mil versos; e Amélia Carolina de Freitas Beviláqua, editora da revista pernambucana *O Líryo*, autora de nove romances, com destaque para o *Através da vida*, de 1906, vindo a público em Paris pela revista *Garnier*, além de contos em periódicos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Há notícias de uma obra da escritora Luíza Amélia, que teria como título *Pétalas dispersas*, embora seu paradeiro permaneça desconhecido.

No mesmo silêncio da última publicação de Luíza, o tempo também resguardou a revista *A Violeta*, que Celso Pinheiro Filho (1997) aponta como primeira revista especializada da província do Piauí. O periódico que surgiu em Parnaíba “[...] saiu ali em 1864, como leitura exclusivamente para senhoras [...]” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 106) e um ano após o primeiro jornal publicado naquela cidade, datado de 1863. Parnaíba, localizada no litoral do estado, configurou-se como polo econômico nesse período, justificado pela sua intensa atividade comercial e influente intercâmbio com a Europa por meio das mercadorias que para lá partiam do Porto das Barcas e por ser morada de personalidades cotadas como parte das famílias mais ricas do país, tais como os Dias da Silva, os Clark e os Madeira Brandão. No Império nomeada como “Capital das províncias do norte”, pela atmosfera cultural e fortuna ali produzida, essa particularidade da vida cultural de Parnaíba serviu como prerrogativa para que a cidade tenha despontado no estado também no quesito da imprensa periódica feminina e na atuação de nomes como Luíza Amélia, esposa do comerciante Benedicto Madeira Brandão, e de Francisca Montenegro, professora influente no mundo das letras do lugar, convivendo diretamente com os outros escritores e fazendo contribuições esparsas em Jornais como *Nortista*, *O Norte*, *Sema-*

na, nos períodos que vão de 1899 a 1915, assim como é reconhecida por suas poesias no Almanaque da Parnaíba, por duas vezes, uma em 1929 e outra em 1932.

Por ocorrência do falecimento de uma amiga, Francisca Montenegro publica no Jornal Semana, de dezembro de 1910, o soneto “Saudade eterna”:

Ai! Quanto dilacera-me a saudade!
A dor pungente de uma eterna ausência!
Sinto n'alma uma atroz ansiedade
E meu peito a palpitar quase em demência.

Sem ti eternamente! Horas horríveis!
É-me a vida procela sem bonança.
Não ouvir tua voz, notas sensíveis.
Ai! Não posso sofrer cruel tardança!

Que dorido pungir! Cruel martírio!
Horrenda solidade, agro delírio!
Que mutila-me o ser, que me consterna!

Negro anjo cruel, desgraça, ó morte!
Porque roubaste meu fiel consorte,
Deixando-me a gemer: saudade eterna!
(MONTENEGRO, 1910, p. 2).

Se Francisca publicava por homenagem à amiga morta e se Luíza compõe, em parte, o livro *Flores incultas* de poesias também dedicadas às irmãs, amigas e por falecimento de sua mãe, quando se contextualiza essa prática entre as escritoras da época é visível uma função desempenhada. Algemira Mendes (2006) afirma que era um meio de sororiedade, ou seja, essas dedicatórias eram usadas para fortalecer as relações entre as mulheres em todo o país, diz que “[...] este fato vem confirmar, uma vez mais, a divulgação das ideias, o circuito de solidariedade e o empenho na correspondência [...]” (MENDES, 2006, p. 158). A pesquisadora demonstra, ainda, o panorama de comunicação dos jornais e revistas de autoria feminina no Brasil e a rede que construíram com esse sistema de apoio mútuo:

Eram tanto dos estados nordestinos como dos do Centro Oeste, Sul e Sudeste. As mais representativas concentravam-se no Nordeste: Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão; no Sudeste: Rio de Janeiro e no Sul: Santa Catarina. *O Líryo* talvez represente para o pernambucano o espírito catalisador de *A Mensageira* em São Paulo, ou a *Família* para o Rio de Janeiro e a *Corimbo*, para o Rio Grande do Sul.” (MENDES, 2006, p. 159).

Como se vê, o papel de destaque desempenhado pelas atuações femininas na imprensa periódica é muito claro e, como argumento contrário, não se poderia dizer que sua irrelevância era por desorganização nem por pouca dimensão. Diante dessas informações, o questionamento que agora é feito direciona-se ao desconhecimento, que somente nas pesquisas recentes é quebrado, quanto a essas contribuições das mulheres. Para Joan Scott, o problema é mais complexo, no entanto este mesmo é a porta aberta para possíveis soluções, pois para a historiadora a grande barreira encontrada pelas mulheres que escrevem/figuram na história não é apenas o esquecimento, mas o embate contra questões de domínio e normas já edificadas. Nesse sentido, revisitar a autoria feminina significa também “[...] ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como *verdadeiros*, ou pelo menos,

como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) [...]” (SCOTT, 1992, p. 77). Nesse sentido, faz-se necessário revisita-las, tanto para que se faça a devida justiça, quanto para ajustar a ciência às experiências dos sujeitos para os quais não fora institucionalmente criada.

4 A FORTUNA CRÍTICA NA RECEPÇÃO DAS OBRAS

O diagnóstico da pesquisadora holandesa Ria Lemaire, ao estudar as canções medievais de autoria feminina, foi o que chamou de *paradigma tradicional*, um entrave dos estudos sobre a mulher que é responsável por reduzir até o pensamento científico a juízos impressionistas, a um olhar sobre a mulher apenas de repulsa, admiração ou concordância, fugindo da análise propriamente crítica. Disse também que o tradicionalismo dominante da ciência faz crer “[...] num *perpetuum mobile* imperialista e invariável, com a inelutabilidade do destino: haverá sempre [...]” (LEMAIRE, 1990, p. 14), dando a ilusão, às formas de cada época, de que a mulher tem um local que lhe foi dado e de que ali eternamente ficará, como se o local social atribuído à feminilidade fosse algo biológico, natural ou designo divino.

Como já exposto, esse fantasma da naturalização de papéis sociais pré-estabelecidos para as mulheres perseguiu a emancipação feminina, a sua atuação na imprensa e a valorização de suas diversas experiências passadas, situação que volta à luz quando se tem em pauta o resgate e a revisitação de seus nomes e atuações. Isso implica dizer que, descortinar as discursos envolvendo as mulheres, bem como, entender o local de suas práticas e de seus corpos, é levantar o véu das contradições históricas da moral, da religião, da indústria e, agora, como apontaram Scott e Lemaire, da própria ciência. Isso é dito também porque ao que tange à recepção dos textos de autoria feminina, a crítica nem sempre foi de cordialidades, mesmo dentro de um contexto dos intelectuais brasileiros que se auto conclamavam liberais e progressistas. Sobre isso, inclusive, as contradições foram mais marcantes que análises estéticas das obras de escritoras piauienses, ficando isso como uma grande lacuna na tradicionalmente respeitada crítica do Piauí até 1930.

Se nos anos de 1870 haviam publicações de enfrentamentos contra a emancipação feminina, os ares da república, a luta pelo voto e pela instrução tornavam ultrapassada a antiga crítica às atuações das mulheres. Se a arma antes era o moralismo para deixá-las caladas, agora, falando, as escritoras se depararam com a indiferença. A resistência à entrada das moças e senhoras para um espaço historicamente masculino, ao que tudo indica, transmutou-se de crítica explícita para silêncio proposital, apenas posicionando-se contra quando uma mulher “ameaçava” diretamente o prestígio masculino, pois agora os gêneros encontravam-se atuando no mesmo espaço. Não é que houvesse, como não há, uma rivalidade das mulheres com relação aos homens, porém uma compreensão, fundamentada nos discursos perpetuados do masculino enquanto detentor do sucesso nos espaços públicos e do feminino como, mesmo alcançando o prestígio nele, não tendo esse direito. Esse detalhe torna oportuna a análise que fez o sociólogo Pierre Bourdieu:

Não seria exagero comparar a masculinidade a uma nobreza. [...] basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas. [...] Se a estatística estabelece que as profissões ditas qualificadas caibam sobretudo aos homens, ao passo que os trabalhos atribuídos às mulheres sejam ‘sem qualificação’, é, em parte, porque toda profissão, seja ela qual for, vê-se de certo

modo qualificada pelo fato de ser realizada por homens (que, sob este ponto de vista, são todas, por definição, de qualidade). (BOURDIEU, 2010, p. 75).

Dos ocorridos que se enquadram nessa nossa visão e na de que elucidou Bourdieu, tendo ocupado gradualmente um espaço delegado à reputação exclusivamente masculina, talvez por terem se projetado tão largamente e, por isso, causado incômodo, estão as piauienses Luíza Amélia de Queiroz e Amélia Beviláqua. A primeira, como mostrou Daniel Ciarlini (2016), foi percebida por Clodoaldo Freitas, fundador da Academia Piauiense de Letras, com um misto de agrado por seu livro *Georgina ou os efeitos do amor* e de desagrado para com o *Flores incultas*; críticas lançadas pelo conteúdo de suas poesias. Ciarlini até mostra uma particularidade, a de que o mesmo incômodo fora comum aos dois reconhecidos críticos: Clodoaldo Freitas e João Pinheiro; citaram até o mesmo trecho de *Georgina*, fazendo com que se questione se tiveram a mesma leitura do livro ou se apenas reproduziram o consenso sobre o trabalho de uma mulher na passagem do século XIX para o XX:

É curioso observar que parte dessas reflexões ressoem parte da crítica de João Pinheiro, inclusive à depreciação do trabalho de Flores incultas, todavia, como se verá mais adiante, a inclusão de Luíza Amélia nas reflexões de Carneiro, Freitas e a posteriori Pinheiro consolidam o nome da poetisa entre os que comporiam o parnaso, não brasileiro, mas piauiense. (CIARLINI, 2016, p. 184).

O poema que arrancou ira do importante escritor piauiense era conteúdo dessa obra na qual a escritora criticava a ilusão do casamento perfeito, as artimanhas dos homens para conquistar novos amores e o preconceito sofrido por mulheres escritoras. A avaliação dos críticos imprimiram na história do Piauí a dificuldade em se reconhecer o talento de Luíza, sendo vencida apenas após a releitura de *Flores incultas* e a reedição de *Georgina e outros inéditos*, depois de mais de cem anos. Ainda que citando suas obras, lhe deveram os críticos do início do século XX uma análise detalhada dos poemas, fazendo mais análises impressionistas e, no caso de João Pinheiro, “[...] dedicando a essa poetisa não mais que dois parágrafos [...]” (CIARLINI, 2016, p. 186).

Amélia Beviláqua não foge ao drama corriqueiro da época, tendo embates diretamente com o escritor Humberto de Campos e com os membros da Academia Brasileira de Letras. Essa romancista que teve seu interesse pela literatura desde à infância, assim como, cresceu em um meio que a incentivava a tal atitude, ainda que fosse já reconhecida por sua produção em 1930, teve nesse mesmo ano uma vaga negada pela Academia Brasileira. O motivo da recusa não foi sobre o valor de seus romances, mas por algo que não era segredo: era uma mulher e o estatuto da instituição destinava lugar ali apenas para “brasileiros”. Dos críticos do período que a conheciam, Amélia só teve espaço nos trabalhos de Araripe Jr. e João Ribeiro e, embora todos eles soubessem da escritora e mantivessem contato, outros em seus apontamentos a esqueceram ou não quiseram lembrá-la:

No caso de Veríssimo e Sílvio Romero, é surpreendente a não citação do nome da autora em suas histórias, principalmente o último, pois, em várias passagens da vida da escritora, no relato de sua bibliografia, a figura do escritor é sempre mencionada. (MENDES, 2006, p. 168).

Humberto de Campos, todavia, marcou todo o sexismo da crítica, não apenas por parecer não gostar daquela mulher, mas por enfatizar as obras de autoria feminina serem todas a mesma coisa, e

resume o destaque de Amélia na literatura brasileira a uma só ponderação: “[...] a considera superior às outras, porque nenhuma delas é esposa do senhor Clóvis Beviláqua [...]” (MENDES, 2006, p. 174).

Não obstante, não é mencionada a dificuldade de acesso das mulheres ao simples ensino básico de línguas e números. Vendo desse modo, a relevância do trabalho dessas escritoras também estaria no fato de que, como as demais mulheres do período, não tendo chegado às faculdades de Medicina, Engenharia e Direito do Brasil, local onde se formaram os renomados homens de letras do Piauí, e obtido formação apenas primária e de cuidados com o lar, em muitos momentos demonstraram disputar em “pé de igualdade” com os níveis de articulação, intelectual e estético dos autores homens do momento.

5 DA VIDA DOMÉSTICA AO MUNDO DAS LETRAS

A instrução das mulheres parecia acontecer na informalidade, posto que somente em 1827 o imperador autorizaria a fundação de escolas locais, relegando às meninas conhecimentos primeiramente no lar e, raramente, em uma instituição competente, fator que soergueu suas formações intelectuais sobre outras vias de aprimoramento até os finais do século XIX. Diferente da atualidade, o não acesso das meninas à escola se dava pela carência de instituições, Mônica Jinzenji (2010) sobre isso demonstra que os casos se agravavam com a pobreza financeira de algumas e com a mentalidade vigente:

Para aquelas famílias que não tinham os cômodos precisos para que decentemente uma menina possa ser diariamente conduzida à escola pública, sugere-se uma boa educação dada por uma mãe prudente e às vezes por mestres de boa conduta bem provada em cuja escolha deve haver maior escrúpulo. (JINZENJI, 2010, p. 214).

Dessa maneira, é visível o motivo de tamanha vigilância sobre os corpos das moças e de a instrução ser algo secundário, quando feita deveria ser por alguém confiável, pois a prioridade eram suas honras, pautadas na virgindade e no silêncio, porque então se compreendia que seus corpos não eram dignos da escola ou da publicidade, mas como a “moeda de troca” na manutenção do interesse de seus pais, das finanças de seus maridos, da influência de seus amigos e da herança dos filhos. Mesmo tidas como propriedade, entretanto as mulheres subverteram as barreiras de sua educação, usando-se da própria informalidade para, ao menos, dominar as ferramentas básicas da língua e dos números, bem como para se consagrarem na sociedade piauiense como vozes de conhecimento. Nesse sentido, são vistas a supracitada poetisa Francisca Montenegro, que no norte do estado era respeitada por sua atuação como professora à domicílio, também era confiado esse ofício a Dona Marocas Lima e a demais senhoras que conseguiam formação fora do Piauí. No anúncio do jornal *Semana* mostra que eram “aulas noturnas para moças, de 6 às 7:30, nas terças e sextas-feiras”⁴.

Com a chegada do século XX e da república, conjuntamente com os projetos de modernização do Brasil, atendendo aos interesses da burguesia comercial dos centros econômicos do país, essa situação modifica-se paulatinamente. Na pesquisa de Juliana Martins (2017, p. 18) é destaque que no Piauí “a vida urbana começou a se elitizar e a sociedade começou a cobrar das mulheres a leitura e escrita, além do domínio de conhecimentos musicais, artísticos e literários.” Todavia, os grandes entraves eram a condição financeira que a maioria das famílias piauienses não tinham para educar suas filhas

4 “Aula noturna para moças”, in: *Semana*, ano 1, n. 13, 4 set. 1910, p. 3.

e a pouca liberdade da qual as moças dispunham para se deslocar ou morar em outra cidade, locais onde teriam melhor educação e oportunidades. Se essa situação era complicada para os homens, para as mulheres era ainda pior.

Com isso, os pais de família começaram a educar suas filhas em casa ou mandar para o exterior, para que assim aprendessem o que era necessário nas escolas religiosas, visto que eram escassas as escolas no Piauí e também porque as mulheres não poderiam dividir uma sala de aula com o público masculino. Somente em 1906, o então bispo de Teresina, fundou com o auxílio de freiras vindo da Europa, a primeira escola piauiense para moças: o Colégio Sagrado Coração de Jesus. A instituição além de atender a elite teresinense, também oferecia bolsas para alunas carentes da capital. (MARTINS, 2017, p. 18).

Assim, nos primeiros anos do século XX no Piauí a instrução das moças se deu de três formas: aulas particulares a domicílio, primeiras letras e trabalhos de agulha nas chamadas *escolas domésticas* e o ensino primário e católico nas escolas mantidas por congregações religiosas. Porém, devido ao menor custo e maior confiabilidade, visto que funcionavam nas casas de respeitadas senhoras da sociedade piauiense, as escolas domésticas detinham o maior público de moças de 1880 a 1900, tendo em décadas após 1910 as escolas religiosas suplantado essa oferta, a partir de então ganhando a confiança para educação de meninas. Não se descarta, todavia, a possibilidade de que esses sistemas tenham coexistido nas maiores cidades do estado. Logo, isso se diz, pois na descrição do historiador Pedro Vilarinho esse era, não só em Parnaíba, mas também o panorama da capital do Piauí:

Além das aulas particulares, existiam em Teresina duas escolas que contavam com aulas primárias para o sexo feminino, como também algumas poucas escolas públicas voltadas à mesma clientela. As escolas particulares eram o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Colégio Jugurtiano. (CASTELO BRANCO, 2013, p. 60).

Conforme consta em jornais teresinenses, funcionavam na capital duas escolas domésticas, uma na residência da professora Maria Emigdia Castello Branco, na Rua Paisandú, casa de nº 9, e outra na de Anna Leonor Ferreira da Silva, mãe das professoras Rosina Conrado e Stephania Conrado, de frente à praça Saraiva, no bairro central. Os anúncios no jornal *A Floresta* informavam que era a “mensalidade de 3.000 réis, pelo ensino de cada aluna. As matérias de ensino são: princípios da moral e religião, leitura e caligrafia, elementos da gramática portuguesa, as quatro operações da aritmética, sistema métrico decimal e os mais delicados trabalhos de agulha”⁵.

Esses mesmos anúncios nos jornais mostram referências a outras instituições particulares, funcionando em residências, tanto para meninos quanto para meninas, mas o Colégio Liceu era o mais requisitado pelos meninos, por ser instituição e de renome estadual. Já no ano de 1882 foi autorizada a fundação de uma Escola Normal em Teresina, para a formação de professoras, cuja notícia do corpo docente traz, no mesmo jornal *A Floresta* de maio daquele ano, o único nome feminino como professora da instituição. Apesar do ensino desta Escola Normal ser direcionado às moças, somente essa senhora, pois o restante eram homens, compunha o primeiro corpo docente: Raimunda Candida de Lima Castro, a quem foi dada a disciplina de trabalhos de agulha.

Esse dado se explica pelo funcionamento da educação para meninas, posto que a maioria delas tinha apenas os conhecimentos basilares da língua e dos números, quando conseguiam profundidade era na

⁵ “Ensino primário”, in: *A Floresta*, 25 de fevereiro de 1882. p. 3.

área de trabalhos manuais como o crochê, bordado, instrumentos músicas e os cuidados com o lar, que eram tidos como suas atividades naturais. O próprio anunciante da nomeação de Raimunda Candida afirmava que a professora reunia “[...] as belas qualidades com que lhe dotou a natureza, um espírito cultivado sobre as matérias do ensino que lhe foi distribuído [...]”⁶, pois sendo mulher e delicada era justo que o encargo de ensinar as moças a bordar tecidos fosse conferido à sua responsabilidade.

O que se percebe nos jornais da época, ainda sobre os trabalhos de agulha é que, possivelmente, pela necessidade das mulheres que eram de famílias pobres, o trabalho como, por exemplo, de costura poderia ajudar no sustento da casa, assim como seria uma alternativa àquelas que não obtivessem um casamento que lhes garantisse ascensão financeira. Não se vê aqui, apenas, que aprendendo afazeres domésticos os fariam apenas em casa, mas acharam meio de utilizar esse conhecimento para uma tímida autonomia financeira por causa da necessidade, o mesmo motivo pelo qual as mulheres entrarão para o mercado de trabalho nos períodos de grande guerra mundial. Nesse sentido, voltar a educação das moças para o lar e os trabalhos de agulha no Piauí, escondem, além da pouca oportunidade para o estudo, a pobreza à qual estava exposta a maioria da população.

6 COLÉGIOS PARA MENINAS E GRÊMIOS LITERÁRIOS

Após a atuação das escolas normais e da credibilidade dos colégios religiosos, o número de professoras que lecionavam além de trabalhos com agulha aumentou, do mesmo jeito como contribuiu para que as mulheres ocupassem os espaços da vida literária piauiense. O pesquisador Benjamim Santos, em seu livro sobre o centenário da Associação Comercial de Parnaíba, relata:

Foi nos anos vinte que a Parnaíba começou a preencher a horrível lacuna na área da Educação, período em que foram fundados, em sedes próprias, os Grupos Escolares (escolas públicas), o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal. Começariam então a brilhar as professoras de curso primário, nos Grupos, e os primeiros dos mais célebres educadores que a cidade iria conhecer”. (SANTOS, 2017, p. 36).

Devido ao mérito da profissão de normalistas, as mulheres professoras começaram, mesmo sob pena de julgamento, a ter contato direto com os intelectuais homens; essas moças e senhoras passaram a participar da atmosfera cultural das cidades sob uma outra perspectiva, assim como, a ter espaço nos locais de consagração, tais como Almanques e colunas de jornais. Onesy Couto de Mello, por sua vez, vem descrita pelo *Almanaque da Parnahyba* de 1930, veículo cuja função era reunir as produções significativas do ano, como uma “professora normalista e inspirada poetisa”⁷; abaixo da descrição vem seu poema, um cromo de temática romântica e rimas intercaladas:

Tenho n’alma hoje um desejo,
Que não n’o sei entender...
Na alegria do que vejo,
Na pena de te não ver...

De amor... Amor é infinito!
Do encanto do seu poder,

6 “ESCOLA NORMAL”, in: *A Floresta*, 1 de maio de 1882. p. 4.

7 *Almanaque da Parnahyba*, Parnaíba, p. 121, 1930.

Tanta coisa se tem dito,
Tanta coisa a dizer...

Ardeamos na mesma flama,
Sofrendo da mesma dor!...
E é isso que a gente chama
Felicidade de amor...
(MELLO, 1930, p. 121).

Acompanha os versos sua fotografia, estando a professora em moda da época, chapéu na mão e corte *Chanel curto no cabelo*, traje também utilizado pelas artistas modernistas, a esse exemplo está Tarsila do Amaral, o que se pode atribuir também às influências da moda parisiense na vivência social brasileira. O irônico da página na qual se lê a poesia da normalista, além de vir solta entre tantas de dados estatísticos, o seu poema veio ao lado de outro, nomeado de “Mulher moderna”, assinado anonimamente pelas siglas B.C., que faz críticas às mulheres usarem calças e quererem o lugar dos homens; agressivamente dois versos ainda dizem que agora a mulher “[...] fuma, dança, joga, rema/ Cada vez mais nos inferna [...]”⁸. Esse detalhe faz pensar sobre o editor do veículo ter criado uma forma de compensação ou de explicar o poema de Onesy estar em um Almanaque. Logo, essa ironia descrita mostra o porquê de tantas moças, vigilantes quanto à depreciação pública de suas poesias, vincularem-se aos periódicos exclusivamente femininos ou se abrigarem à boa aceitação de veículos ligados a igreja católica e colégios religiosos.

Em contribuição a isso, a grade executada pelos colégios religiosos na educação das meninas aliava o incentivo à produção artística e a formação cristã, talvez por esse motivo as escolas, por meio dos grêmios literários, a partir de 1930, contemplaram a escrita das moças em seus próprios periódicos. Na capital do estado são vistos, além do Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, assim como o Colégio Benjamin Constant, o último com melhor atuação a partir de 1915, e sobre o ensino nestas escolas a moral cristã parecia travar um enfrentamento aos valores trazidos pela modernidade, que contradiziam o modelo de mulher virtuosa da religião. O cinema e a moda francesa que entravam no país explicam a atuação dos colégios religiosos em criar formas de, aos moldes católicos, fazer a mulher conviver com a modernidade.

As novidades da modernidade que começavam a afluir para Teresina, principalmente através do cinema, trazem outros modelos femininos diferentes dos cristãos, seduzem muitas mulheres e provocam conflitos. É nesse momento que o papel do ensino religioso se torna mais combativo, é preciso fazer com que as mulheres não deixem levar. (CASTELO BRANCO, 2013, p. 64-65).

A escolas religiosas, assim, aliavam os atrativos da arte aos valores que preservavam as moças das investidas do novo tempo. Como resultado desse momento na cidade de Parnaíba, ficou o suporte da revista *Raios de Luz*, composta pelas alunas do Colégio Nossa Senhora das Graças, residência do *Grêmio literário Madre Savina Petrilli*, fundado em 1938 pela professora Maria da Penha Fonte. Maria da Penha. A professora foi a única mulher a compor o grupo de fundadores da Academia Parnaibana de Letras e duas de suas preocupações eram o índice de analfabetismo do Piauí da época

8 Idem.

e a falta de acesso das meninas à literatura, em um dos seus artigos publicados pela *Raios de Luz*, nomeado de “Função social do professor”, disse: “[...] sacrifiquemo-nos um pouco e vamos ao encontro do nosso povo, dessa multidão que nos rodeia faminta de saber. Transformemos as nossas escolas, nossos ginásios, em viveiros sadios da aprendizagem [...]” (FONTE, 1930, p. 24). A mesma revista trazia as poesias e textos das meninas que estudavam no referido colégio, responsável pela publicação anual do periódico, juntamente com suas fotografias e breves descrições. Por outro lado, é compreensível o papel desempenhado pelas mulheres intelectuais do momento, tais como Maria da Penha, das freiras católicas e das professoras de colégios religiosos, em utilizar-se dos recursos dessa instituição para valorizar a autoria feminina, algo que configura mais uma subversão do *status quo* feita pelas mulheres.

Vale ressaltar que as congregações religiosas que dedicavam-se à educação de meninas, com destaque para as irmãs *Savinianas* cuja mística de suas formações é conduzir a juventude à educação e a evangelização da fé cristã, tendo essas religiosas a presença no Piauí até os dias de hoje, tiveram papel de reunir as moças para a vivência cultural. Os grupos de meninas e senhoras vinculavam-se a essas congregações, do mesmo modo que às paróquias e comunidades católicas, atuando em revistas e na secretaria de grupos, como fizera Francisca Montenegro no *Apostolado da Oração*; as atas das reuniões desse último grupo era mensalmente escrita pela poetisa e publicada pelo jornal *Semana*; nesses artigos as escritoras faziam reflexões sobre os temas da liturgia católica e acontecimentos da igreja local, ganhando assim a visibilidade.

A partir desses anos trinta, porém, se inaugurou um novo projeto político em comando do Brasil, chegaram nesse contexto as mentalidades do período entre guerras e os impactos das crises e revoluções mundiais. Logo, mudaram as relações de trabalho, as atuações da mulher na sociedade e surgiram novos planos para a educação, fatores nos quais se anunciam uma diversidade de circunstâncias e de locais femininos abarcados por posteriores aprofundamentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lado positivo desses aspectos que envolvem a autoria feminina na literatura do Piauí é que a verdade construída sobre “elas” mora nas faces do seu próprio questionamento, principalmente no que se refere às diversas motivações da representação das mulheres na literatura do estado, na raiz da tradição interpretativa acerca das escritoras e no que revelam esses impactos da recepção de suas obras.

Envolvidas pela sombra do analfabetismo da população, pela crítica majoritariamente masculina e com os aportes tecnológicos da época nem sempre a seu favor, o desafio agora seria revisitar e revelar os fatos e as contradições em torno das mulheres escritoras do Piauí do passado, das suas experiências na história e da própria crença na constituição de um sistema literário piauiense, com vistas a compreender o lugar feminino nisso. Logo, pensando assim mulher e a escrita, o que foi pesquisado quis, acima de tudo, demonstrar que “[...] os projetos culturais são estruturados por um conteúdo histórico-social [...]” (CEVASCO, 2003, p. 180) e que os fatores políticos dos períodos não se dissociam das mentalidades nem da produção da cultura, destacadamente quando se trata das mulheres.

Ademais, por isso que os estudos das relações de gênero não desejam apenas a polêmica e nem querem ser só uma tentativa de constatação, mas apontar para as experiências das pessoas reais ao longo do tempo. No interior dessa ideia, já que as fortalezas das verdades estão intactas, para concordar com a metáfora de Stuart Hall, olhar pela ótica das mulheres é sempre esse “arrombar a porta” das análises já insatisfatórias sobre a cultura e questionar os locais de sujeito.

The place of Piauí women's authorship and the construct in the history of literature: some considerations

ABSTRACT

This paper analyzes the contribution of female authorship to the history of Piauí literature. In the brief historical record of the productions, one starts from the pseudonyms in the literary journals of Teresina of century XIX, to the publications in Almanacs and periodical newspapers of the beginning of century XX, going through a cut that was from 1870 to 1920. She still reports the process of female instruction in domestic schools, religious colleges, normal schools and the successful actions of women in literary circles, as teachers, publishers and poets. The foundation is based on primary sources and the theory glimpses the observations of the sociology of Pierre Bourdieu (2010), as well as uses the contributions of historian Joan Scott (1992) to reflect on the criteria of science in noting the place of women in history.

Keywords: History. Literature. Women. Newspapers. Mentalities.

REFERENCIAIS

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**: a condição feminina na primeira república. Teresina: EDUFPI, 2013.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- CIARLINI, Daniel Castello Branco. **Literatura, imprensa e vida literária em Parnaíba**. Parnaíba: Gráfica e editora Sieart, 2016.
- FILHO, Celso Pinheiro. **História da imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.
- FONTE, Maria da Penha. Função social do professor. **Raios de Luz**, Parnaíba, ano 1, p. 24-25, 1945.
- HIGONNET, Anne. Mulheres e Imagens. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres**, Vol. 4. Porto: Afrontamento, 1991. p. 332-345.
- JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.
- KNIGHT, Black. A mulher e a Flor. **A Borboleta**, Teresina, ano 1, n. 3, p. 3. 7 out. 1888.
- LEMAIRE, Ria. A canção de Malmaridada. In: GOTLIB, Nádia Batella. (Org.). **A Mulher na literatura**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. p. 13-20.
- MARTINS, Juliana Gomes. **A voz feminina em jornais piauienses do século XX**: uma análise dos jornais Zodíaco(1945) e Jornal do Piauí (1971).2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2017.
- MELLO, Onesy Couto. Tenho n'alma. **Almanaque da Parnahyba**, Parnaíba, p. 121, 1930.
- MENDES, Algemira de Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- MONTENEGRO, Francisca. Saudade eterna. **Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 29, p. 2, 25 dez. 1910.
- NASCIMENTO, Enéas Barros do. Conferência pública. **A Floresta**, ano 4, n. 27, p.4. 20 mai. 1877.

PENNA, Ana Beatriz Affondo. Do problema do discurso feminino em literatura. **Convergência Lusitana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 39-50, jul-dez, 2016.

QUEIROZ, Luíza Amélia de. **Flores incultas**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2015.

QUEIROZ, Luíza Amélia de. **Georgina e outros escritos inéditos**. 2. ed.. Teresina: EDUFPI, 2018.

ROVELFON, Lilia. Lira e Amor. **A Floresta**, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3. 1 de mai. 1882.

SANTOS, Benjamim. **Livro do centenário da ACP**. Parnaíba: Gráfica e editora Sieart, 2017.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Mágnia Lopes. São Paulo: editora UNESP, 1992. p. 75-87.

BIOGRAFIA

Erika Ruth Melo da Silva

É Mestranda em Literatura, Memória e Cultura, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Teresina. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Parnaíba. Membro do Núcleo de Estudos Literários Piauienses – NELIPI. É Bolsista capes. erikaruthms@outlook.com.

Algemira de Macêdo Mendes

Tem pós-doutorado pela Universidade de Lisboa, Portugal. É Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora do curso de Letras da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Teresina. Coordena o Núcleo de Estudos Literários Piauienses – NELIPI. algemiramendes95@gmail.com.